

Sobre uma sociologia da justiça e do conflito

Giane Silvestre¹

Resenha do livro:

SINHORETTO, Jacqueline. *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*. São Paulo, Alameda, 2011.

O sistema de justiça já não se configura como um objeto de estudo exclusivo do campo do direito e nem de juristas há algumas décadas. As ciências sociais têm trazido significativas contribuições para se pensar a justiça e seus operadores não apenas como um conjunto de leis, jurisprudências, normatividades etc., mas sim para situá-la em um campo de disputas e relações de poder entre diferentes atores, que ocupam distintas posições na estrutura social. Seja por meio das contribuições sociológicas trazidas pelos estudos sobre as instituições e profissões jurídicas (Sadek, 2002; Bonelli, 2002), ou pela discussão da universalização dos direitos e da cidadania (Marshall, 1967; Carvalho, 2005; Santos, 1979), entre outros, é fato que o sistema de justiça se consolidou como um objeto de estudos das ciências sociais.

Neste bojo, se inserem ainda os estudos brasileiros sobre a chamada “reforma da justiça”, que veio suprir as demandas geradas pelo redimensionamento dos padrões de conflitualidade social ao longo das últimas décadas e os anseios crescentes pela intermediação pública e soluções institucionais. Pode-se afirmar que o livro *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflito*, de Jacqueline Sinhoretto, apresenta uma discussão que se coloca no campo dos estudos

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – Bolsista Fapesp – UFSCar – São Carlos – Brasil – giane_silvestre@yahoo.com.br

sobre a reforma da justiça, a partir de uma experiência inovadora de política governamental, construída com base no discurso da redemocratização e da ampliação do acesso à justiça: os Centros de Integração da Cidadania (CICs).

Mas o livro vai muito além disso. Vai além porque Sinhoretto não se restringe a nos revelar os CICs apenas como uma experiência de melhoria do acesso à justiça e à segurança pública em áreas da periferia da cidade de São Paulo. O que a autora nos revela é o quão complexa é a implementação da justiça em nossa sociedade e como a criação e implantação de práticas institucionais de administração de conflitos ensejam relações de poder e disputas de identidades e legitimidades que extrapolam os limites pensados pelo Estado. A observação empírica inovou e também contribuiu com a consolidação de um campo de estudos sobre a administração estatal de conflitos, à época ainda disperso em algumas pesquisas dentro das ciências sociais.

Partindo de um intenso trabalho etnográfico, articulado com um diálogo com a literatura especializada, Sinhoretto exercita a prática de uma sociologia política, tendo como elemento central a análise foucaultiana do poder. Sob esta ótica, o poder é tido/tomado como o resultado das relações interpessoais, exercendo-se de modo capilar, e não como algo intrínseco ao sujeito, podendo ser detido ou transferido. É a análise microfísica que “supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (Foucault, 1987: 26). Com isso, Sinhoretto evidencia “o CIC como uma janela pela qual o analista pode observar as relações de poder constituindo e sendo constituídas por práticas concretas de gestão estatal dos conflitos” (Sinhoretto, 2011: 19).

A pesquisa inova ainda ao nos trazer o conceito de gestão estatal da conflitualidade. Em seu trabalho, a emergência deste conceito vem substituir a noção do Estado de direito e com isso afasta a ideia de se pensar o Estado e a sociedade civil sob uma chave analítica dicotômica e antagonica. Sob a perspectiva da administração dos conflitos, estamos pensando o Estado a partir da pluralidade de suas forças. Eis a contribuição da autora: sua capacidade de articular e situar em um estudo de caso, a perspectiva da circulação e do exercício do poder em suas relações capilares e em suas extremidades, a partir da observação das práticas institucionais de administração de conflitos. Diante da leitura da etnografia de Sinhoretto o leitor poderá entender como o “poder circula, evidenciando sistema de verdade, sujeição e hierarquia”. (Sinhoretto, 2011: 21).

Assim, ao longo dos dois primeiros capítulos que compõem o livro o leitor poderá compreender, por meio da revisão trazida por Sinhoretto sobre o projeto de reforma da justiça, como o nosso processo de redemocratização foi associado à noção de ampliação do Estado de direito, do acesso à justiça e da necessidade da institucionalização dos conflitos. A autora recupera também os distintos diagnósticos trazidos pelos estudos sobre o sistema de justiça no Brasil, tanto na esfera cível quanto criminal, discutindo as rupturas e/ou continuidades institucionais advindas do processo de redemocratização.

O leitor conhecerá, no terceiro capítulo, o processo histórico de concepção e a implementação dos CICs na cidade de São Paulo. A autora apresenta dados que dialogam tanto com o processo histórico descrito nos capítulos anteriores, quanto com a observação realizada nos postos dos CICs relatada no quarto capítulo. Este último, destacado pela autora como o coração do livro, traz a riqueza do material empírico coletado por Sinhoretto nos rituais de mediação de conflito mobilizados pelos serviços de justiça do CIC. Neste momento o leitor encontrará a rica descrição e análise das relações micropolíticas estabelecidas entre as partes e os operadores dos serviços de justiça na produção dos rituais de gestão da conflitualidade, ou ainda, como destaca a autora, a possibilidade de observar o sistema de justiça pelas suas franjas.

Para encerrar e complementar a obra, o quinto capítulo apresenta uma análise da *corporificação* dos operadores do sistema jurídico. Resgatando a referência foucaultiana, Sinhoretto nos leva a uma instigante reflexão sobre o corpo como um problema teórico. A problematização trazida com o encontro dos *corpos do poder* na periferia enriquece sua obra em uma análise que extrapola as tensões e os conflitos observados nos rituais da justiça. Em suma, o leitor encontrará em *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos* muito mais do que um estudo sobre o sistema de justiça: encontrará um profundo exercício de sociologia política e análise das relações de poder.

Referências:

- BONELLI, Maria da Glória. *Profissionalismo e política no mundo do direito*. As relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado. São Carlos, Edufscar/Sumaré, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: histórico da violência nas prisões*. São Paulo, Vozes, 1987.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania e classes Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SADEK, Maria Tereza. Estudos sobre o sistema de justiça. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. Volume 4. São Paulo/ Brasília, ANPOCS/Sumaré/ Capes, 2002

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a olítica social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

Recebido em: 9/03/2013

Aceito em: 20/03/2013

Como citar esta resenha:

SILVESTRE, Giane. Sobre uma sociologia da justiça e do conflito. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 241-244.